

ESCLARECIMENTOS SOBRE REGISTROS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Não é só o Ministério da Agricultura que examina o pedido de registros, mas também técnicos da Anvisa e do Ibama, que têm total autonomia

Para serem registrados, os defensivos agrícolas devem ser avaliados e aprovados pelo Ministério da Agricultura quanto à eficiência agrônômica, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) quanto ao impacto para a saúde humana e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) quanto aos impactos ao meio ambiente. Não há ingerência política na análise e a avaliação técnica realizada pelos três órgãos federais está alinhada às melhores práticas internacionais.

Nenhum registro concedido este ano começou a tramitar em 2019. Portanto, não pode ter sido avaliado apenas nos seis meses de governo Bolsonaro

Há todo um longo processo, anterior a 2019, que não pode ser ignorado: os pedidos de registro aguardam na fila em média há quatro anos – e alguns há uma década, apesar de a lei determinar prazo de 120 dias para resposta. Centenas de empresas conseguiram na Justiça liminar para terem prioridade de atendimento nessa fila, que ainda acumula hoje mais de 2.000 pedidos. Portanto, o governo não correu e nem bateu nenhum recorde: a atual média mensal de concessão de registro é semelhante à dos dois últimos anos, quando a Anvisa, sobretudo, passou a dar mais atenção à fila dos defensivos.

O governo não libera agrotóxicos no mercado; ele concede registros para produtos industriais e formulados, que podem ou não chegar às prateleiras

Cerca de 48% de produtos formulados autorizados não foram efetivamente comercializados por decisão das empresas detentoras dos registros.

Nos últimos anos, diversas medidas desburocratizantes foram adotadas no âmbito dos três órgãos federais envolvidos.

Isso possibilitou um aumento significativo nos números de defensivos registrados. Dentre as ações que se destacam está a adoção do sistema informatizado SEI para gestão de documentos no âmbito do Governo Federal, a cessão de químicos da Embrapa ao Mapa para trabalhar na avaliação de equivalência química para registro de produtos genéricos, a reorganização da Gerência Geral de Toxicologia na Anvisa - fato que ocasionou um aumento de produtividade e o registro de produtos menos tóxicos.

Pela lei, nenhum produto atual pode ser registrado com toxicidade maior do que os existentes no mercado.

Dos 262 produtos registrados este ano, apenas sete são novos, com dois novos ingredientes ativos (sulfoxaflor e florpiauxifen-benzil). Os demais são classificados como equivalentes, ou genéricos

Pela lei, o governo é obrigado a quebrar a patente de uma fórmula quando seu prazo expira. Os produtos equivalentes são similares a produtos com patente já expirada e que foram registrados no passado, de uso seguro e comprovado não apenas pelos estudos apresentados aos órgãos envolvidos, como pela comprovação empírica de anos de utilização sem problemas verificados.

Os genéricos constituem importante política para a diminuição dos impactos dos monopólios e oligopólios no mercado de determinados ingredientes ativos. Uma dinâmica que beneficia a livre concorrência e a competitividade da agricultura nacional.

Nos últimos três anos, foram quebradas 27 patentes de produtos registrados.

Mais da metade dos produtos registrados neste ano são ingredientes ativos para a indústria

Dos 262 produtos registrados em 2019, 136 são produtos técnicos, ou seja, destinados exclusivamente para o uso industrial.

Outros 126 são produtos formulados, ou seja, aqueles que já estão prontos para serem adquiridos pelos produtores rurais, mediante a recomendação de um engenheiro agrônomo. Destes, 14 são produtos biológicos e/ou orgânicos.

Ao fazer a fila de registros andar, o governo trabalha para a modernização do uso de defensivos, inclusive com a aprovação de bio defensivos

O Brasil tem atualmente 262 produtos de baixa toxicidade registrados, entre microbiológicos, semiquímicos (feromônios) e produtos de agricultura orgânica, como os extratos vegetais. O registro de biológicos no Mapa se intensificou a partir de 2015.

Só em 2018, foram registrados 52 produtos, recorde desde 1991, quando foi liberado o primeiro controle biológico no país. Neste ano, já foram registrados 14 produtos desse tipo.

A produção de biológicos para o controle de pragas e doenças agrícolas cresceu mais de 70% no último ano no Brasil. Os bio defensivos são usados pela agricultura orgânica.

O objetivo de fazer a fila andar no Brasil é justamente aprovar novas moléculas, menos tóxicas e mais ambientalmente corretas, e assim substituir os produtos antigos. Como já dito, a lei não permite que sejam registrados produtos mais tóxicos do que os já existentes no mercado.

Não é correto comparar todos os defensivos que são utilizados na Europa, por exemplo, com os produtos usados no Brasil

O registro ou não de um agrotóxico depende das pragas presentes em cada território e das culturas que lá são cultivadas. Cada país tem suas próprias diretrizes sobre registro de produtos, dependendo das condições agronômicas. Por isso, não é correto comparar todos os defensivos que são utilizados na Europa, por exemplo, com os produtos usados no Brasil.

Um país onde não se cultiva banana não tem necessidade de registrar um agrotóxico para controle da broca-do-rizoma, por exemplo. A Europa não precisa do herbicida lactofen para a proteção da soja, pois a produção do grão é considerada irrisória.

Ainda assim, a maioria dos agroquímicos utilizados aqui é igualmente empregada na Europa, nos Estados Unidos e na China. O Brasil observa todas as normas, estudos e referências internacionais.

O consumo de defensivos no Brasil é influenciado pela ocorrência de duas ou três safras ao ano (cultivos de inverno e safrinha)

Por causa disso, aqui é preciso usar defensivos para o controle de pragas mesmo em safras de inverno e na safrinha, pois não há quebra do ciclo de reprodução, em função das condições tropicais da agricultura brasileira. Já em regiões de clima temperado, as pragas são inativadas nos períodos de frio.

Os pesticidas são ferramentas essenciais para o controle efetivo das pragas na agricultura e garantia da sanidade das plantações. Seu uso em prescrição e dosagem correta é eficaz num país onde as altas médias de umidade e temperatura, aliadas aos cultivos extensivos, favorecem a multiplicação e disseminação de pragas.

As mais desafiadoras pragas foram vencidas no Brasil com manejo integrado de agroquímicos, biodefensivos e práticas consagradas, como rotação de cultura

Foi assim, utilizando a ciência, que enfrentamos pragas e doenças, a saber:

Vassoura de bruxa - nome popularizado por uma novela. Atacou a cultura do cacau no Brasil, recuperada com o uso de fungicida e biodefensivo/**Sigatoka Negra** - atacou a bananeira e foi combatida com controle químico, biológico e melhoramento genético/**Vespa-da-Madeira** – pinus – controle biológico/**Bicudo-do-Algodoeiro** – algodão – controle químico e cultural. (Controle cultural significa: mobilização do solo, rotação de cultura, adubação, alteração da época de plantio, poda ou desbaste, irrigação ou drenagem, destruição de hospedeiros alternativos, uso de barreiras e destruição mecânica)/**Ferrugem-da-soja** – soja – controle químico e cultural/**Helicoverpa armígera** – soja, algodão, milho, feijão e diversas outras culturas – controle químico e biológico/**Cancro cítrico** – citros – controle cultural, químico e biológico/**Mosca das frutas** – manga, citros, goiaba, pêssego, etc. – controle químico e biológico/**Mosca da Carambola** – diversas culturas – restrita aos estados do AP, RR e algumas áreas do PA – em erradicação com uso de controle químico e cultural.

Apesar do aumento do número de registros de defensivos agrícolas que vem ocorrendo nos últimos anos no país, a venda desses produtos registrou redução no período

De 2016 para 2017, o número de registros de defensivos passou de 277 para 405, segundo dados do Ministério da Agricultura. No mesmo período, a quantidade total de ingredientes ativos vendidos no país caiu de 541.861,09 toneladas para 539.944,95 toneladas, de acordo com o Boletim Anual de Produção, Importação, Exportação e Vendas de Agrotóxicos no Brasil, elaborado pelo Ibama.

Os agricultores querem usar cada vez menos defensivos em suas plantações, pois eles são caros e representam até 30% do custo de produção.



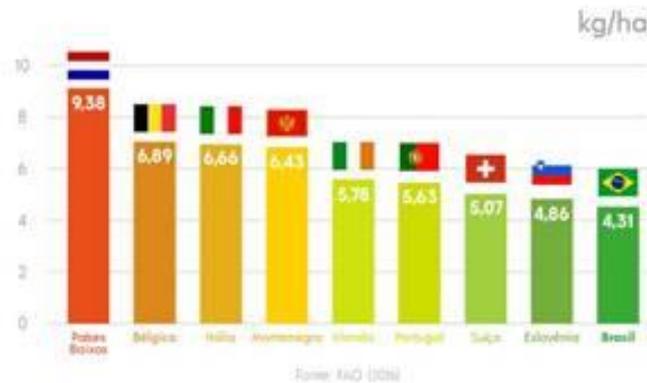
Segundo a FAO, o uso relativo de defensivos no Brasil é menor que o de muitos países da Europa

O Brasil aparece na 44ª posição em um ranking da FAO sobre uso de defensivos agrícolas.

Segundo os dados da entidade, o consumo relativo no país foi de 4,31 quilos de defensivos por hectare cultivado em 2016. Entre os países europeus que utilizam mais defensivos que o Brasil, aparecem Países Baixos (9,38 kg/ha), Bélgica (6,89 kg/ha), Itália (6,66 kg/ha), Montenegro (6,43 kg/ha), Irlanda (5,78 kg/ha), Portugal (5,63 kg/ha), Suíça (5,07 kg/ha) e Eslovênia (4,86 kg/ha).

Sob o critério de consumo de defensivos em função da produção agrícola, o Brasil aparece em 58º lugar, com uso de 0,28 quilos de defensivo por tonelada de produtos agrícolas. No balanço, foram utilizados os valores de produção de grãos, fibras, frutas, pulses, raízes e nozes e o consumo total de defensivos disponíveis no portal de estatísticas da FAO. Nesse ranking, estão na frente do Brasil países como Portugal (0,66), Itália (0,44), Eslovênia (0,36), Espanha (0,35), Suíça (0,34), Países Baixos (0,29) e Grécia (0,30). Em 59º lugar aparece a França, com uso de 0,26 quilos de defensivos por tonelada de produtos agrícolas.

Ranking da FAO sobre uso de defensivos por hectare cultivado



Os alimentos produzidos no Brasil são seguros quanto aos resíduos de defensivos

As recomendações de defensivos têm uma base científica que utiliza fatores de segurança rigorosos para avaliação dos riscos à saúde dos agricultores e dos consumidores. Nossos alimentos são testados e aprovados. Quando há resíduos, estão muito abaixo do que é permitido pelos códigos internacionais. Os alimentos produzidos no Brasil são exportados para 160 países, e testados tanto na saída do Brasil quanto na entrada em outros países.

No relatório do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), da Anvisa, realizado entre 2013 e 2015, das 12.051 coletas de 25 alimentos frescos, foram detectadas 134 amostras com "potencial risco agudo" para a saúde humana, o que representa um índice de 1,1% das amostras. Em breve serão divulgados novos resultados do PARA.

Está sendo implementada a rastreabilidade dos alimentos, que detalhará inclusive o uso de defensivos. É uma exigência que teremos de cumprir para o mercado interno e externo, valendo inclusive para hortaliças e frutas.

O RASFF (Rapid Alert System for Food and Feed), usado pela Europa para identificar resíduos nos alimentos, só fez duas notificações ao Brasil em 2019

Neste ano, o Brasil teve duas notificações do RASFF por resíduos agroquímicos. De 1999 até hoje, foram 75 notificações, sendo que o maior número ocorreu em 2015, com 13 reclamações. No ano seguinte, o número caiu para sete. De 2017 até hoje, somamos cinco notificações.

O compromisso do Ministério da Agricultura é com o alimento seguro, sem opor convencional a orgânico, mas a agricultura em larga escala hoje depende dos defensivos

O Ministério da Agricultura incentiva os orgânicos. Em menos de uma década, o número de produtores rurais orgânicos registrados no Brasil triplicou. O mercado de orgânicos faturou no ano

passado R\$ 4 bilhões, resultado 20% maior do que o registrado em 2017. O Ministério da Agricultura acabou de assinar um acordo com o Chile para exportação de orgânicos.

Para estimular a produção e o consumo de biodefensivos e outros insumos biológicos, foi criado neste primeiro semestre o Programa Nacional de Insumos para a Agricultura Orgânica, o Bioinsumos.

Mas hoje, sem o uso de pesticidas, o preço dos alimentos subiria muito, devido à baixa produtividade. Dados da ONU mostram que, se não existissem os defensivos agrícolas, cerca de 40% dos alimentos produzidos atualmente seriam perdidos devido a pragas e doenças, encarecendo os preços e diminuindo o acesso aos produtos. Os orgânicos ainda são itens mais caros, produzidos em baixa escala.

Os casos de contaminação ocorrem principalmente na aplicação sem cuidados dos defensivos. Todos os casos devem ser investigados e tomadas as providências

O governo vai preparar uma medida legislativa para aumentar a fiscalização e a capacitação dos agricultores para a aplicação de defensivos.

Infelizmente, ainda ocorre contaminação na hora da aplicação e é aqui que precisamos, sobretudo com os pequenos produtores, redobrar os cuidados, exigir o uso de equipamentos de proteção, verificar o receituário e ampliar a fiscalização. Essa é uma tarefa dos estados, mas que preocupa o Governo Federal. É inaceitável que agricultores ainda arrisquem sua saúde ao realizar seu trabalho. É inaceitável também que a natureza sofra danos.

O Brasil já banuiu vários produtos que se confirmaram tóxicos e nocivos; reavalia alguns hoje em consulta pública, como o glifosato, que é o herbicida mais usado em todo o mundo, e irá retirar outros do mercado em 2020, como o paraquat, conforme já informado pela Anvisa.

O uso do sulfoxaflor no Brasil deverá seguir as orientações estabelecidas pelo Ibama para a mitigação de risco para insetos polinizadores

Como, por exemplo, a restrição de aplicação em períodos de floração das culturas, o estabelecimento de dosagens máximas do produto e de distâncias mínimas de aplicação em relação à bordadura para a proteção de abelhas não-apis. Essas restrições constam na rotulagem dos produtos e são estabelecidas de acordo com cada ingrediente e cultura.

O sulfoxaflor é registrado em 82 países, incluindo os Estados Unidos, que em julho prolongou a validade do registro da molécula, e países da Europa. Além disso, do ponto de vista da saúde humana, está entre os inseticidas 20% menos tóxicos hoje aprovados.